

XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOF
RESUMO PARA A MESA REDONDA PLENÁRIA SOBRE O TEMA:
“O QUE É (OU FOI) A FILOSOFIA ANALÍTICA?”

FILOSOFIA ANALÍTICA E ANÁLISE CONCEITUAL HOJE:
QUAIS ANÁLISES? QUAIS CONCEITOS? QUAIS
TEORIAS?

André Leclerc/UFC

Meu objetivo, basicamente, é apresentar duas posturas atualmente centrais no movimento analítico e justificar brevemente a minha insatisfação.

Idealizando um pouco e focalizando, sobretudo, a metodologia filosófica, podemos dividir a Filosofia Analítica atual em dois campos: Os *analistas conceituais*, e os *pragmatistas científicos*.

O primeiro campo agrega filósofos que não abrem mão de certos métodos *a priori*, como Felicia Ackerman, David Lewis, Roderick Chisholm, Frank Jackson, George Bealer, David Chalmers, e muitos outros. Estes defendem e praticam a análise conceitual, de diferentes maneiras e com graus de comprometimento diversos quanto à analiticidade, à aprioricidade e à irrevisabilidade. A figura de Frank Jackson ¹ é particularmente importante hoje na defesa da análise conceitual, enquanto empreendimento valioso, que pode fornecer ensinamentos importantes, *a priori*, tornando explícito o conteúdo de certas noções problemáticas e filosoficamente interessantes. Por razões óbvias, podemos também chamar os analistas conceituais de “aprioristas”. ²

A análise conceitual é praticada por filósofos desde Sócrates. No movimento analítico, já nas primeiras décadas de sua existência, a análise conceitual se tornou o método central, caracterizando em boa parte o estilo filosófico das obras de G. E.

¹ Ver Frank Jackson, *From Metaphysics to Ethics. A Defense of Conceptual Analysis*, Oxford, Clarendon Press, 1998. Ver também, para uma crítica interessante das posições de Jackson, S. Laurence & E. Margolis, “Concepts and Conceptual Analysis”, a aparecer em *Philosophy and Phenomenological Research*.

² Para estas denominações de “aprioristas” ou “analistas conceituais” e também “pragmatistas científicos”, e suas justificativas, ver Lynne Rudder Baker, “Philosophy in *Mediis Rebus*”, em *Metaphilosophy*, Vol. 32, no. 4, Julho 2001, 379, *et passim*.

Moore, Carnap, e depois Ryle, Chisholm e outros. Existe uma concepção *estreita* da análise conceitual. A análise filosófica, nesta acepção, consistiria na produção de “definições analíticas”, proposições necessárias e cognoscíveis *a priori*, da forma

Analysandum =_{def.} *Analysans*.

Estas definições tornam explícitas as condições necessárias e suficientes para a aplicação correta de uma expressão ou conceito, ou para a verdade de uma frase completa (ou esquema de frase). A produção de tais definições analíticas corresponde à análise conceitual em sentido mais *estreito*, e ela é mais freqüente nas duas primeiras gerações de filósofos analíticos, mas Chisholm a praticou até o final de sua vida e hoje Frank Jackson é seu principal defensor. Porém, é importante ressaltar que nem toda “análise” no movimento analítico se conforme a este esquema ou concepção estreita.

A atividade filosófica consiste, dizia Wittgenstein, em “tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos” (T. 4.112). É óbvio que isso pode ser feito de várias maneiras. Na sua obra clássica, *Empiricism and the Philosophy of Mind* (1956), Sellars chama de “atomística” esta concepção estreita da análise conceitual — que ele rejeita —, e propõe outra concepção de análise como *clarificação da estrutura lógica do discurso*.³ Um “discurso” aqui corresponde a um fragmento da linguagem comum, por exemplo, o fragmento que contem o vocabulário que nós usamos para especificar ou atribuir estados mentais, ou para falar de nossas percepções, como as coisas nos aparecem, e como falamos dos aspectos daquilo que, supostamente, é dado. A maneira como John Rawls analisa o termo “justiça”, recorrendo à estratégia do equilíbrio reflexivo, ao véu de ignorância, e a uma assembléia de agentes numa fictícia “situação original”, pode ser considerada como outra versão de análise (conceitual). Simplificando bastante, os princípios de justiça escolhidos nesta situação ideal explicitariam nosso “senso da justiça”.⁴ Uma análise lógico-lingüística *à la* Austin, que considera uma grande variedade de contextos de uso de uma expressão (ou classe de expressões), classificando esses usos para depois formular considerações filosóficas gerais, pode ser vista também como um estilo não atomístico de análise conceitual, mas

³ Wilfrid Sellars (1956), *Empiricism and the Philosophy of Mind*, op. cit., 80-81, § 40.

⁴ *A Theory of Justice*, Oxford, O.U.P., 1971/1973, em particular o capítulo 1 onde fica claro que Rawls não quer descrever o significado comum de expressões como “justiça”,

que leva em conta a sensibilidade ao contexto das expressões da língua comum.⁵ O mesmo vale para as “observações gramaticais” de Wittgenstein, no seu segundo período. É, sobretudo, a concepção estreita de análise conceitual (e o estilo de filosofia analítica que ela caracteriza) que foi considerada por muitos com suspeição, particularmente a partir de “Two Dogmas of Empiricism” de Quine.

No outro campo da filosofia analítica, agora, temos os seguidores de Quine e Sellars, promotores do *pragmatismo científico*, inimigos do “analítico” e do *a priori*. A filosofia compartilha o mesmo barco que a ciência, e a ciência é *contínua* com o senso comum. No entanto, a ciência é o único arbítrio da realidade. A formulação clássica desta tese encontra-se de novo em *Empiricism and the Philosophy of Mind* de Wilfrid Sellars:

*... speaking as a philosopher, I am quite prepared to say that the common-sense world of physical objects in Space and Time is unreal — that is, that there is no such things. Or, to put it less paradoxically, that in the dimension of describing and explaining the world, science is the measure of all things, of what is that it is, and of what is not that it is not.*⁶

A forma mais robusta de pragmatismo científico é o eliminismo, defendida principalmente pelos Churchlands, e várias vezes citado com aprovação por Quine. O problema com o pragmatismo científico na versão forte ou robusta é que ele torna falso praticamente tudo o que pensamos e dizemos sobre o mundo ao nosso redor e sobre nós mesmos. É o mesmo que viver no mundo da *maya*, da ilusão. A mesa de madeira na minha frente não é colorida, lisa, dura e resistente; ela é essencialmente composta de átomos e de vazio. O mesmo vale para as afirmações causais: não poderíamos mais dizer, por exemplo, que a acidez da solução causou a mudança de cor do papel tornassol, pois a verdadeira eficiência causal seria assumida por microprocessos; este reducionismo causal transforma as relações causais identificáveis pelo senso comum em relações meramente epifenomenais. Quanto à psicologia de senso comum, a situação é

⁵ Ver, por exemplo, de John L. Austin, *Sentido e Percepção*, São Paulo, Martins Fontes, 1993.

⁶ Ver W. Sellars (1956), *Empiricism and the Philosophy of Mind*, Cambridge (MA), Harvard University Press, § 42, p. 83.

similar: as únicas explicações cientificamente aceitáveis do comportamento serão fornecidas por uma neurociência madura e completa, que eliminará a “psicologia da vovó”. A imagem científica do mundo iria deslocar e substituir completamente a imagem manifesta do mundo, isto é, a representação do mundo constituída por essas “teorias populares” (física popular, biologia popular, psicologia popular), que descrevem o mundo tal como ele nos aparece a cada dia quando deixamos de pensar filosoficamente ou cientificamente. Como dizia Fodor em termos um tanto dramáticos, isso seria “o fim do mundo”.

Na versão mais fraca, o pragmatismo científico tenta integrar o idioma intencional, ao invés de eliminá-lo, e tenta também compatibilizar na medida do possível a imagem manifesta e a imagem científica do mundo ⁷. Neste caso, a psicologia de senso comum pode encontrar, por assim dizer, uma reformulação nas teorias científicas. Desta vez, a escada não é jogada depois do uso. O ponto de partida permanece ativo até o final como um princípio vivo. As teorias de senso comum são como sementes a serem cultivadas pelos cientistas. Não preciso dizer que esta visão muito “intelectualista” que tenta explicar nossas habilidades pelo domínio e uso de uma teoria não agrada todo mundo. Mas ainda existe a tendência a reconstruir a psicologia de senso comum (*folk psychology*) como uma *teoria*; as explicações de senso comum em termos de crenças e desejos, como na versão robusta, são apresentadas como teorias que a ciência deve explicitar, sofisticar e precisar.

De modo geral, nas versões robusta e fraca, nossas concepções sobre o que são os objetos de tamanho médio ao nosso redor, e nossa concepção sobre o que são as pessoas que nos cercam desde nosso nascimento, estariam, segundo o pragmatismo científico, em competição com as teorias científicas e seriam por elas ameaçadas. Em particular, uma consequência da reconstrução do senso comum como uma constelação de teorias é que todas as atribuições de caráter mentalista do tipo “X sente dor”, “X acredita que vai chover”, “X deseja casar com a Rainha de Tebas”, etc., seriam “*theory-laden*”, dependendo de uma teoria “popular”. Todo o senso comum seria uma constelação de teorias populares, ponto de partida da investigação científica, e em

⁷ Como van Fraassen, não acredito na existência de uma imagem manifesta e de uma imagem científica do mundo; uso esses termos aqui porque foram usados em particular por Sellars e são presentes neste debate.

competição com as melhores teorias atuais. A psicologia popular ou de senso comum, por exemplo, deveria ser ou confirmada ou rejeitada pela psicologia científica. Nos último 25 anos, o debate em filosofia analítica sobre o estatuto das “teorias populares”, em particular da psicologia popular como teoria, é um dos mais importantes, e de fato, neste debate, muitas coisas estão em jogo.

* * *

Minha insatisfação em relação aos dois campos aqui delimitados da Filosofia Analítica atual vem de uma convicção que vai se fortalecendo, a convicção de que a famosa tese de Montague é falsa — isto é, a tese de que *não existe nenhuma diferença essencial entre as linguagens formais com estrutura rigorosamente especificada, e as línguas naturais* —, ao passo que o contextualismo em filosofia da linguagem, com sua tese de que *o significado literal das expressões das línguas naturais é essencialmente dependente do contexto*, não pára, a meu ver, de ganhar terreno. Existem, de fato, como veremos em breve, diferenças fundamentais entre as linguagens formais e as línguas naturais, principalmente quanto à questão de saber qual é o portador das propriedades semânticas. As raízes do contextualismo atual estão em Wittgenstein (segunda fase) e Austin, com sua *context-sensitive semantics*.

A melhor estratégia para se convencer disso consiste em considerar o que Charles Travis ⁸ chama de “pares contrastantes” (*contrasting pairs*). Trata-se de pares de interpretações distintas (ou conjuntos de condições de verdade distintos) para *tokens* da mesma frase (*type*). E todas estas interpretações são *literais*. Vejamos as seguintes frases singelas (exemplos de François Recanati ⁹, Putnam ¹⁰ e Travis):

- 1) Miguel pegou o vírus;
- 2) Há muito café sobre a mesa;
- 3) Há leite na geladeira.

⁸ Ver *The Uses of Sense*. Wittgenstein’s Philosophy of Language, Oxford, O.U.P., 1989.

⁹ François Recanati, *Literal Meaning*, Cambridge, C.U.P., 2004.

¹⁰ *The Threefold Cord: Mind, Body, and World*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1999.

A interpretação que vem logo a mente ao ouvir um *token* da primeira frase é que Miguel ficou doente, está de cama, tomando remédios, etc. Estas são as condições de verdade de acordo com esta interpretação de uma enunciação de 1). Mas se Miguel é biólogo, especialista em epidemiologia, enviado numa zona contaminada para coletar uma amostra de um vírus, a interpretação desta enunciação determina condições de verdade totalmente diferentes da primeira enunciação. Como podemos ver, não é mais a frase *type* que tem condições de verdade isoladamente e independentemente de um contexto; é a enunciação num contexto que tem um conteúdo vero-condicional determinado, e não a frase *type*. Podemos pensar em três interpretações distintas de enunciações da frase 2): Há um garrafão de café sobre a mesa e xícaras ao redor – aqui uma enunciação de 2) poderia ser uma descrição literal da situação e um convite indireto a se servir. Numa situação bastante diferente, há sacos cheios de grãos de café sobre a mesa – aqui uma enunciação de 2) poderia ser uma descrição literal da situação e uma ordem indireta de carregar um caminhão com aqueles sacos; e finalmente, numa situação em que alguém derramou café sobre a mesa, uma enunciação de 2) poderia contar como uma descrição literal da situação e como um pedido indireto de limpar uma poça de café derramado sobre a mesa. De novo, nos três casos, o conteúdo vero-condicional de cada enunciação é distinto e se adapta cada vez a uma situação particular. Uma enunciação de 3) tem uma interpretação simples e direta (há um litro de leite na geladeira); mas se tiver uma poça de leite derramado no fundo da geladeira, uma enunciação de 3) poderia contar como uma descrição literal da situação e como uma crítica indireta dirigida a alguém que, supostamente, acaba de lavar a geladeira, num contexto em que a geladeira deveria estar vazia e limpa.

Este fenômeno está presente em qualquer língua natural. Longe de ser excepcional, ele constitui a norma. A primeira lição a tirar já foi mencionada: o portador das propriedades semânticas é o *tokening* de uma frase usada em contexto, e não a frase (*type*) considerada de maneira abstrata. A segunda lição é que o significado literal se reduz a algo muito tênue, que alguns (como Recanati e Bezuidenhout) chamam de “potencial semântico”. O verbo “pegar” em 1) aplica-se diferentemente nas duas interpretações, como a palavra “café” em 2), e a expressão “haver em(na)” em 3) remete a duas maneiras possíveis de “estar em”. Essas expressões não são indefinidamente ambíguas, e o mesmo vale de outras do mesmo tipo (“abrir”, “cortar”, “fechar”, etc.). Aliás, a tese da ambigüidade sistemática é notoriamente problemática para as línguas

naturais. Jonathan Cohen usou a seguinte comparação para deixar clara esta distinção entre os significados de uma língua artificial e os significados de uma língua natural: os primeiros são como tijolos, enquanto os segundos são como sacos de areia, que se ajustam uns com os outros na construção de uma parede.

* * *

Se os contextualistas estão certos, a análise conceitual, no sentido estreito, produz resultados bastante problemáticos. Os pressupostos da análise conceitual (no sentido estreito) são: a) a existência de enunciados verdadeiros sobre o significado de expressões (do tipo: “os *solteiros* são adultos não casados”, ou “o *conhecimento* é uma crença verdadeira cuja justificação não envolve nada essencialmente errado ou falso”), expressões disponíveis para a argumentação filosófica; e b) esses enunciados sobre o significado seriam cognoscíveis *a priori*. Mas se os significados ou os conceitos associados por convenção às expressões de uma língua não passam de “potenciais semânticos”, que precisam se ajustar às situações de uso, a análise conceitual (no sentido estreito) corre o risco de ter uma aplicação muito restrita e de revelar muito pouco sobre os conceitos analisados e sobre como eles são efetivamente aplicados. Wittgenstein nos ensinou corretamente a meu ver, a não separar conhecimento da língua e conhecimento do mundo. Aprender a língua e descobrir o mundo não são processos que podem ser separados. Tentar isolar os dois e produzir enunciados “puros” estabelecendo relações analíticas entre significados é provavelmente uma ilusão. Mas isso, me parece, não vale contra o estilo de “análise conceitual” promovido por Wittgenstein, Sellars e Austin. Haveria, talvez, uma maneira de praticar a análise conceitual que introduzisse procedimentos falíveis, como propõe D. F. Ackerman.¹¹ Mas aqui estamos alternando análise e *construção* ou fixação do significado, o que não é desprovido de interesse, mas nos afasta de nosso assunto.

Minha insatisfação com o pragmatismo científico vem da seguinte consideração. Uma teoria científica deve ser formulada com um grau de precisão suficiente para poder ser rigorosamente testada. De outro modo os testes não são significativos. É por isso que as teorias científicas rigorosas são formuladas em linguagens arregimentadas,

¹¹ Ver D. F. Ackerman, “The Informativeness of Philosophical Analysis”, *Midwest Studies in Philosophy*, Vol. VI, *The Foundations of Analytic Philosophy*, University of Minnesota Press, 1981, 313-320.

linguagens artificiais. Como vimos os significados numa linguagem artificial são como tijolos, bem definidos de uma vez por todas. Vimos também que nas línguas naturais, os significados são como sacos de areia; eles precisam ser “modulados” para ajustar-se às situações de fala as mais diversas; os significados são meros potenciais semânticos que precisam ser enriquecidos e determinados contextualmente. As teorias científicas precisas e rigorosas são suscetíveis de uma reconstrução formal, segundo a abordagem sintática ou semântica. Podemos, informalmente, chamar de “teoria” qualquer afirmação que tem pretensão explicativa e que vai além da experiência imediata. Os pragmatistas científicos, a meu ver, cometem o erro do comparar as teorias “populares” (*folk*), que são teorias neste sentido assistemáticas, teorias formuladas na linguagem comum, com significados imprecisos e que não são suscetíveis de ser testadas rigorosamente, com teorias formuladas numa linguagem arregimentada e suscetíveis de ser testadas rigorosamente. Pelo critério da precisão suficiente para testes rigorosos, as supostas teorias populares nem se qualificam como teorias científicas. O exercício que consiste em comparar teorias científicas sistemáticas com teorias populares assistemáticas é, simplesmente, mal-concebido.¹² Em primeiro lugar, o conhecimento científico requer um treinamento especial, intenso e demorado. Este é o sentido da *disciplina* científica, que aparece, por exemplo, em Galiléu com a desconsideração das qualidades secundárias, representando uma ruptura com o senso comum; em comparação, o senso comum não requer nenhuma disciplina especial. Para aprender sua língua materna, ninguém precisa de treinamento especial; basta estar lá entre os membros de sua família; é claro que a escola fornece um complemento fundamental, mas já sabemos falar quando chegamos lá. Em segundo lugar, a comparação entre os termos teóricos das teorias científicas e os termos da psicologia de senso comum (como “crenças”, “desejos”, “intenção”, etc.) é no mínimo suspeita. Os termos teóricos de uma teoria científica são *explicitamente introduzidos* através de definições que delimitam as condições de aplicação dos termos. Isso pode ser feito de várias maneiras: definições completamente explícitas, definições parciais, definições operacionais, estipulativas, reais, nominais, politípicas disjuntivas, ou simplesmente através do que Carnap chamava de “explicação”. As definições delimitam, quer dizer introduzem “tijolos”, e não “sacos de areia”. Por fim, a marca de uma teoria, segundo Quine, é que ela pode ser deslocada inteiramente por outra. Ele menciona como exemplos a teoria de Kepler que

¹² Sobre este assunto, fui influenciado por Lynne Rudder Baker, *Explaining Attitudes. A Practical Approach to the Mind*, Cambridge, C.U.P., 1995, caps. 3 e 8.

superou completamente e definitivamente a de Ptolomeu, a de Einstein superando a de Newton, e Darwin fazendo o mesmo com Aristóteles. Esta é a situação normal entre teorias científicas que estão em competição. A psicologia do senso comum poderia ser deslocada desta forma somente se ela pudesse ser reconstruída como uma teoria científica comparável a outras teorias científicas. Minha suspeita é que a única maneira de fazer isso é desfigurar o senso comum.

Sei que minhas insatisfações são compartilhadas por outros filósofos. Elas são sintomas de um debate vivo, apontam para um programa de trabalho, e oferecem a garantia de que nossos empregos não estão ameaçados.

REFERÊNCIAS

D. F. Ackerman, “The Informativeness of Philosophical Analysis”, *Midwest Studies in Philosophy*, Vol. VI, *The Foundations of Analytic Philosophy*, University of Minnesota Press, 1981.

John L. Austin, *Sentido e Percepção*, São Paulo, Martins Fontes, 1993.

Lynne Rudder Baker, “Philosophy in *Mediis Rebus*”, em *Metaphilosophy*, Vol. 32, no. 4, Julho 2001.

Frank Jackson, *From Metaphysics to Ethics. A Defense of Conceptual Analysis*, Oxford, Clarendon Press, 1998.

S. Laurence & E. Margolis, “Concepts and Conceptual Analysis”, a aparecer em *Philosophy and Phenomenological Research*.

Hilary Putnam, *The Threefold Cord: Mind, Body, and World*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1999.

John Rawls, *A Theory of Justice*, Oxford, O.U.P., 1971/1973.

François Recanati, *Literal Meaning*, Cambridge, C.U.P., 2004.

Wilfrid Sellars (1956), *Empiricism and the Philosophy of Mind*, Cambridge (MA), Harvard University Press,

Charles Travis, *The Uses of Sense. Wittgenstein's Philosophy of Language*, Oxford, O.U.P., 1989.